

O Conceito de “Normalidade” The Concept of "Normality"

Felipe da Veiga Dias¹

Ricardo Chiaradia²

Resumo

O objetivo do presente artigo é criticar o uso do conceito de "normalidade" com base bibliográfica narrativa entre a literatura clássica, criminologia crítica, psicanálise freudiana, filosofia política, existencialismo e pedagogia. Notou-se que inicialmente no período medieval os referenciais filosóficos políticos imperaram desigualdades de maneira indelével, no que se refere à liberdade sexual, étnica psicológica e, portanto, existencial. O poder bidimensional medieval expressava traços de sadismo na condição econômica social sobre grupos, radicalizando a discriminação e desigualdade. Conclui-se que o conceito de "normalidade" bidimensional aparece residualmente devido a influência da indústria farmacológica, e, em outra perspectiva o conceito de “normalidade” é aberto e calibrado de acordo com o sofrimento do paciente na clínica psicológica.

Palavras Chave: Criminologia Crítica, Normalidade, Psicologia.

Abstract

The present article seeks to criticize the use of the concept of "normality" based on bibliographic narrative between classical literature, critical criminology, Freudian psychoanalysis, political philosophy and pedagogy. It was noted that initially in the

¹ Coordenador do Grupo de Pesquisa – Criminologia, Violência e Sustentabilidade. Doutor em Direito pela UNISC (2015) com período sanduíche na Universidade de Sevilla (2014).

Mestre em Direito pela UNISC (2012). Pós-graduação em Direitos Fundamentais e Constitucionalização do Direito pela PUC-RS (2009). Graduado em Direito pela ULBRA-SM (2008). Professor da Faculdade Meridional (IMED). Email: felipe.dias@imed.edu.br

² Estudante de Psicologia – IMED. Pesquisador: Criminologia, Violência e Sustentabilidade – Felipe da Veiga Dias. Pesquisador: Intervenções da Psicologia na Socioeducação – Israel Kujawa. Bolsista PROBIC – FAPERGS. Email: ricchiaradia@gmail.com

medieval period the philosophical references philosophically imposed inequalities in an indelible way, with regard to sexual, ethnic, psychological, and therefore existential freedom. The two-dimensional power expressed traces of sadism about the social economic condition that certain groups belong to, radicalizing discrimination and inequality. As a conclusion, it was noted that the concept of "normality" has repercussions in the medical, criminal and psychological sciences, which requires a multidimensional perspective to understand the different constructions of the concept of "normality".

Key Words: Critical Criminology, Normality, Psychology.

Introdução

As reformas psiquiátricas e os direitos humanos permitiram a acessibilidade do uso do tempo e espaço para pessoas com transtornos mentais, algo que com a falta de informação e educação para a sensibilidade da cidadania, implica na discriminação e agressividade para estigmatizar o que se chama de "louco" (Filho, 2001). Nota-se a necessidade de investigar quais as influências históricas que embasam o estigma social do "louco" na história da civilização ocidental, pois, a vulnerabilidade da saúde mental do ser humano constitui-se por amplas variáveis.

Entre as variáveis culturais que contribuem para o estigma do "louco", contempla-se o sadismo social do poder político-oligárquico impregnado na cultura brasileira que instrumentaliza subliminarmente a indústria da loucura, do crime e da marginalização, potencializando injustiças mascaradas em cordialidades midiáticas e políticas (Goldberg, 2004). Com objetivo de compreensão multifatorial deste estigma o artigo investiga alguns marcos referenciais na história do pensamento ocidental,

limitando-se na dimensão do pré-conceito que estigmatiza o indivíduo com sofrimento emocional patológico.

Método

Para abordar a temática sobre o conceito de “normalidade” deve-se levar em consideração a transversal histórica de mudanças altamente relativizadas sobre o que seja “normalidade” ao longo dos séculos. Com fins de contribuir à discussão filosófica-psicológica o objetivo do artigo baseou-se no método bibliográfico narrativo.

A discussão promovida pelo artigo pretende compreender as influências históricas e culturais que estabelecem preconceitos sobre o conceito altamente relativizado sobre o que seja “normalidade”. A bibliografia utilizada transita entre filosofia política, literatura fictícia, literatura científica, criminologia crítica, história ocidental, crítica cultural e psiquiatria humanista. Com base consensual através da interdisciplinaridade o artigo privilegia o olhar humanista perante a marginalização cultural atribuída para determinados indivíduos e grupos,

Normalidade na Idade Média

O período medieval contemplou uma cosmovisão *linear* onde o cidadão produzido pela força da ordem social, quando não correspondesse aos padrões normatizados, era excluído do meio social, como por exemplo a nau dos loucos, onde pessoas (aparentemente) com doenças mentais eram confiscadas e jogadas em navios em alto mar sem destino e assistência médica (Foucault, 1978). Algumas figuras icônicas, como por exemplo o filósofo Erasmo Roterdã (1466-1536), elogiou a loucura em plena era medieval, justificando a linearidade e o equilíbrio permanente como algo monótono e sem vitalidade (2016).

Nota-se a influência da visão teológica *linear* e a composição da filosofia moderna de René Descartes (1596-1650) qual comparava o funcionamento do corpo humano como um relógio (Capra, 2012). A compreensão cartesiana implica em um mecanicismo absoluto qual indica o método do ceticismo e da intervenção, ou seja, um corpo doente equivale a um relógio com uma peça quebrada.

Porém, atualmente a visão cartesiana não é a única alternativa como dimensão de funcionalidade no contexto pós-moderno. Outras maneiras sistêmicas que abarcam a complexidade propõem conscientizar o ser humano através de hábitos prejudiciais à saúde de maneira contextual, e não unicamente através da intervenção cartesiana mecanicista percebendo o ser humano unicamente como um relógio apenas quando adoecido (Capra, 2012).

Os tratados políticos no período medieval implicaram em normatizar e uniformizar sociedades em simplificações morais, como por exemplo, o filósofo Spinoza (1632-1677) detalhou que em um tratado político monarquista a imposição de normas unilaterais implica em um padrão absoluto de comportamento e exclusão social. “Excetuemos somente que os que se infamaram devido à prática de crimes, os mudos, os loucos, enfim, os domésticos, que vivem de qualquer ofício servil” (Spinoza, 2013, p.68).

A linguagem vertical do tratado político monarquista envolve estressores verticais à ponto de certa despersonalização da subjetividade do cidadão, imperando as regras ditadas como "corretas", "normais" e "lúcidas". Nota-se que a dimensão democrática da liberdade e subjetividade individual fica sacrificada em nome da servidão política e injustiça social.

A primeira reforma psiquiatra francesa no século XVIII baseou-se pela crítica dos resultados quantitativos de pesquisas sobre *melancolia* e diversos tipos de *mania*;

resultados qual estavam manipulavam entre uma parede intuitiva até uma parede reducionista através de medicamentos (Pinel, 2007). Após a primeira reforma psiquiátrica, espalhou-se no ocidente instituições que abandonavam o método puramente medicamentoso, inovando através de uma filosofia humanista e cuidados de avaliação para a condição plural da alienação/doença mental (Gama, 2012).

Discussões da Modernidade

A discussão sobre normalidade ganhou outro sentido com a invenção da psicanálise freudiana, qual permite uma compreensão aberta da subjetividade *inconsciente* do indivíduo. “(...) a fronteira entre os estados psíquicos denominados normais e mórbidos é, em parte, convencional e, além disso, tão fluida que cada um de nós provavelmente a atravessa algumas vezes no curso de um dia.” (Freud, 2015, p.61).

Também nota-se, a influência grupal do senso comum popular emergindo estados e categorias do que seja “normalidade” e “anormalidade”. A tendência grupal na fase da adolescência é um exemplo onde a experimentação de novas realidades mentais e corporais produz grupos para fortalecer a mudança de identidade advinda do luto pelo corpo, pela identidade e pais infantis caracterizando a *síndrome da adolescência normal* (Knobel, 1981).

Portanto, os conceitos de *normalidade* e *anormalidade* se modelam e estruturam por uma criação de regras grupais-culturais que apontam para uma identificação recíproca entre pares, daí a falta de sentido em usar o termo “comportamento desviante”, e sim *comportamento de violação de regra* (Becker, 2008). As influências de moldes para considerar a “normalidade” advém do julgamento de que é “anormal” como o que apresenta movimentos diversificados diante do funcionamento comum amplo (Canguilhem, 1995).

O plano da imagética deve ser levado em consideração para análise de como a mídia replica e agrava as diversas *imagens* do que seja: "criminoso (a)", "louco (a)", "pinel", "cidadão (ã) de bem" e outros signos que capturam a subjetividade do (a) telespectador (a) mantendo o controle social (Budó, 2013). Se nos retermos a uma ótica de análise cultural através da criminologia crítica, a moralidade disseminada amplamente pela linguagem midiática produz-se estigmas obre o que seja "normalidade" (Goffman, 2004), e uma parte pode ser associada com o rebaixamento das informações midiáticas induzindo uma falsa realidade através conceitos supérfluos.

A influência da massificação e regressão auditiva através dos fetichismos produzidos pela indústria cultural também contribuem para a infantilidade de um consumidor apto para servir a exploração capitalista (Adorno, 1998). A indústria da religião também invade o psicológico do indivíduo massificando o desejo subjetivo em troca de um fetichismo imaginário (Marcon, 2017).

Na massificação há uma distorção do poder de captar que mesmo na transitividade ingênua, já buscava a sua autenticidade. [...] A possibilidade de diálogo se suprime ou diminui intensamente e o homem fica vencido e dominado sem sabê-lo, ainda que se possa crer livre. Teme a liberdade, mesmo que fale dela. [...] É um conduzido. Não se conduz a si mesmo. Perde a direção do amor. Prejudica seu poder criador. É objeto e não sujeito. E para superar a massificação há de fazer, mais uma vez, uma reflexão. E dessa vez, sobre sua própria condição de "massificado". (Freire, 1983, p.63)

O método de cooptação da massificação é pautado sobre a perda de si mesmo, e esta substituição existencial do ser humano comparativa à um objeto enclausura

automaticamente o massificado em determinada ordem e incapacita o indivíduo em ser o protagonista de sua própria história; e o mesmo é substituído dentro da própria liberdade imaginada.

Não obstante, a superficialidade das palavras anunciadas em noticiários acaba criando, ampliando e replicando uma *epidemia* de desinformação, como por exemplo o contexto brasileiro ditatorial de 1964, qual foi permitido através da manipulação da imprensa sensacionalista e instrumentalizada (Silva, 2017); que no caso é co-autora do golpe.

“Com efeito, a consideração de uma experiência diferente da nossa é significativa *para nós* apenas na medida em que nos implica, em que coloca em causa nossa própria experiência: há então reciprocidade entre o observador e o observado” (Bonomi, 1974, p.81). Nota-se substancialmente que a atmosfera cultural determinada pelos meios de comunicação onipotentes e sádicos, criam uma nuvem midiática induzindo um sistema de exploração que massifica a falta de contestação da opinião pública; essencialmente na democracia. Automaticamente uma cultura baseada na individualidade enquistada em si mesma sem posições altruístas, como o caso do poder brasileiro, reflete no oceano social sem diversidades de valores humanos (Goldberg, 2011).

Refletindo as inúmeras razões históricas, políticas, econômicas, filosóficas e ideológicas, as particularidades do poder brasileiro em análise demonstram traços oligárquicos de restrição ao diferente, portanto, do indivíduo qual não possui as mesmas credenciais de poder que prevalecem culturalmente. A psicoterapia em perspectiva existencial surge como libertação do sistema capitalista e sofrimentos qual o ser humano está sujeito, reestabelecendo e intercalando a saúde psicológica no próprio funcionamento do indivíduo (Santos, 2018).

As analogias permitem uma compreensão melhor de determinados assuntos complexos e confusos, com isso, é necessário nos reportarmos a situações análogas à expressão “normalidade”, no tópico abaixo será representado um personagem de literatura fictícia retratando a discussão paradoxal sobre o conceito de “normalidade”.

Mrs. Dalloway

Além da inovação técnica narrativa intitulada como *fluxo de consciência*, a obra *Mrs. Dalloway* de Virginia Woolf (1882-1941) retrata a caricatura do conceito de saúde do médico *Sir William* ao transcrever sua prática clínica diária:

Sir William concedia três quartos de hora a cada um dos seus pacientes; e nessa ciência exigente que lida com aquilo de que nada se sabe, em suma – o sistema nervoso, o cérebro humano –, se um médico perde o senso da medida, então está fracassado como médico. Saúde é o que se deve ter; e saúde é medida; de modo que, quando um homem nos entra no consultório e diz que é Cristo (uma ilusão comum) e que tem uma mensagem, como a maioria deles, e ameaça, como geralmente fazem, com o suicídio, tem-se de invocar a medida; prescrever repouso na cama; repouso na solidão; silêncio e repouso; repouso sem amigos, sem livros, sem mensagens; seis meses de repouso; até que um homem que nos chega com cinquenta quilos saia pesando oitenta. (Woolf, 2011, p.102-103).

Levando em consideração o caráter sarcástico, observa-se o conceito de saúde através de uma “regra médica” relacionada ao isolamento do sujeito. O desenho nosográfico médico aplicado na cena, induziu o paciente a determinado senso de depressão devido todo o isolamento, o que, repetia-se nos asilos de alienados no século

XVIII sem saber diferenciar os sintomas reais, e qual a gravidade da doença inicial do paciente.

A forma caricaturada do médico relacionar o aspecto da solidão para intercalar o conceito de saúde, retrata a falta de perspectiva contextual do paciente, e o movimento medieval de retirar o "louco" do contexto social. O isolamento e aprisionamento do indivíduo produz uma cultura interna no hospital psiquiátrico que implica nos papéis sociais, por exemplo: o papel do “doente”, do “médico” etc. (Goffman, 1974), o que demonstra novamente a falta de razão em usar a palavra “comportamento desviante”, pois, dentro do próprio sistema dito “desviante” será naturalmente estabelecidas *regras* entre o grupo para denominar quem é desviante.

Discussão Final

A impossibilidade em estabelecer um enunciado universal sobre o conceito de “normalidade” advém do relativismo e diversidade de regras criadas pela cultura em análise. A cultura ocidental atingiu picos de moralidade altos ao longo dos séculos com regimes monarquistas e imagéticas teológicas que implicaram injustiças ao estabelecer vítimas e algozes.

O conceito de “normalidade” continua em discussão nos diversos contextos intelectuais, o que indica o paradoxo e impossibilidade de normatizar uma essência única em sentido sociológico. Uma indagação científica e humanistamente composta, permite uma democratização das subjetividades, algo necessário para manter a liberdade individual e complexidade do ser humano preservada.

Referências

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981) A síndrome da adolescência normal. In: Knobel, M. (S. M. G. Ballve, Trad.). *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. (pp .24-63). Porto Alegre, RS: Artes Médicas
- Becker, H. S. (2008) *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. (1ª ed.). (M. L. X. de Borges, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar. (Obra originalmente publicada em 1963).
- Bonomi, A. (1974) *Fenomenologia e Estruturalismo*. (Tradução de João Paulo Monteiro, Patrizia Piozzi e Mauro Almeida Alves). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Budó, N. de M. (2013) *Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural*. (1ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Canguilhem, G. (1995) *O normal e o patológico*. (4ª ed.). (M. T. R. de C. Barrocas, & L. O. F. B. Leite, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. (Obra originalmente publicada em 1943).
- Capra, F. (2012) *O ponto de mutação*. (30ª reimpr.). (Á. Cabral, Trad.). São Paulo, SP: Cultrix. (Obra originalmente publicada em 1982).
- Erasmus, D. (2016) *Elogio da Loucura*. (P. Neves, Trad;). Porto Alegre, RS: L&PM. (Obra originalmente publicada em 1511).

Filho, C. M. (2001) Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 20-27.

Foucault, M. (1978) *História da loucura na idade clássica*. (J. T. C. Netto, Trad.). São Paulo, SP: Perspectiva S.A. (Obra originalmente publicada em 1961).

Freire, P. (1983) Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Obra originalmente publicada em 1967).

Freud, S. (2015) *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906 – 1909)*. (1ª ed.). (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Gama, J. R. de A. (2012) A reforma psiquiátrica e seus críticos: considerações sobre a noção de doença mental e seus efeitos assistenciais. *Revista de Saúde Coletiva*, 22(4), 1397-1417.

Goffman, E. (2004) *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. (Ed. digitalizada). (M. Lambert, Trad.). Disponível em: www.sabotagem.revolt.org. (Obra originalmente publicada em 1963).

Goffman, E. (1974) *Manicômios, Prisões e Conventos*. (D. M. Leite, Trad.). São Paulo, SP: Editora Perspectiva S.A. (Obra originalmente publicada em 1961).

Goldberg, J. P. (2011) *O direito no divã; ética da emoção*. São Paulo, SP: Saraiva.

Goldberg, J. P. (2004) *Cultura da agressividade*. (3ªed. rev. e ampl.). São Paulo, SP: Landy Editora. (Obra originalmente publicada em 1984 com o título: *Psicologia da agressividade*).

Marcon, H. H. (2017) Religião, ciência e capitalismo: sujeito massificado, objeto padrão e medida comum para o gozo. *Ágora*, 20(2), 527-542. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44142017002011>

Pinel, P. (2007) *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou a mania*. (1ªed.). (J. A. Galli, Trad.). Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. (Obra publicada originalmente em 1800).

Santos, G. A. O. (2018) *Terapia Existencial da Libertação: ensaios introdutórios*. Porto Alegre, RS: Editora Fi.

Silva, J. M. da (2017) *Golpe midiático-civil-militar*. (8ªed.). Porto Alegre, RS: Sulina. (Obra originalmente publicada em 2014).

Woolf, V. (2011) *Mrs. Dalloway*. (ed. especial). (M. Quintana, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira. (Obra originalmente publicada em 1925).